ATO PGJ 91/2010

Altera o ATO PGJ 14/2010, que dispõe sobre a organização e a estrutura básica dos serviços auxiliares e de apoio técnico aos órgãos do Ministério Público do Estado do Piauí.

O Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, mormente o disposto no art. 12, V, da Lei Complementar nº 12, de 18 de dezembro de 1993:

RESOLVE:

Art. 1º - O art. 4º do ATO PGJ Nº 14/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. Vinculadas diretamente à Procuradoria Geral de Justiça ficam criadas as seguintes unidades administrativas:

I – A Controladoria Interna, comandada por um controlador (CC-09 – vide Anexo II da Lei Estadual 5.713/2007, publicada no

DO de 18.12.2007), à qual ficam subordinadas as seguintes unidades administrativas:

- a) Auditoria de Acompanhamento Processual, composta por **02 (dois) auditores (CC-09)**;
- b) Auditoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, com **01 (um) auditor (CC-09)** e
- c) Gabinete do Controlador.

II – A Assessoria Militar, comandada por um Assessor do Procurador Geral (CC-09 – vide Anexo II da Lei Estadual 5.713/2007, publicada no DO de 18.12.2007);

III – A Assessoria para projetos técnicos especializados, comandada por um Assessor do Procurador Geral (CC-09);

Art. 2º - O art. 43 do ATO PGJ Nº 14/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 43. Na Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios será lotado um Assessor do Procurador Geral de Justiça, com as seguintes atribuições:

I – Analisar as minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou qualquer outro instrumento jurídico elaborado pela Assessoria para Condução de Licitações e Elaboração de Instrumentos Jurídicos;

II – Emitir parecer em qualquer processo administrativo que lhe for encaminhado pela Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios;

III – Propor medidas técnicas relacionadas com a respectiva área de atuação, em conformidade com o que determina a legislação de licitações;

IV – Participar ativamente, propondo medidas técnicas, nos processos de suspensão temporária de participação em licitação de fornecedores com atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista no instrumento convocatório;

V – Assessorar na respectiva área de atuação todos os setores da Coordenadoria de Licitações e Convênios.

Procuradoria Geral de Justiça, em Teresina-PI, 08 de julho de 2010

Augusto César de Andrade
Procurador Geral de Justiça